

As relações Brasil-Venezuela e a nova fase da integração regional.

Paulo Manduca.

Cita:

Paulo Manduca (2007). *As relações Brasil-Venezuela e a nova fase da integração regional*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/870>

Relações Brasil-Venezuela e a nova fase da integração regional.

Paulo César Manduca

Núcleo de Estudos Estratégicos

Unicamp, Brasil.

Conteúdo

Introdução

- a) As relações bilaterais e a dinâmica da fronteira.
- b) A integração regional
- c) A integração energética
- d) Etanol versus petróleo
- e) A Segurança Regional e as relações hemisféricas.

Conclusão

Introdução

Esse ensaio visa apresentar uma análise sobre os impactos das relações do Brasil e com a Venezuela em três aspectos: a dinâmica da fronteira amazônica na região de Roraima, os processos de integração e as questões de segurança regional.

Brasil e Venezuela são os países sul-americanos que compartilham uma vasta fronteira na região Amazônia bem como todas a diversidades de problemas e desafios que ela impões. No contexto atual são os países que determinam o ritmo e as características da integração regional além de serem importantes protagonistas na definição da agenda política sub-regional.

A importância do Brasil já é reconhecida em função de seu peso político, sua extensão territorial e do fato de ser a maior economia e a maior população do subcontinente. Já a Venezuela alcançou um novo *status* no contexto regional principalmente em função do renascimento da diplomacia do petróleo (favorecido pela extrema valorização dessa *commoditie* no mercado internacional) e do protagonismo do seu presidente.

É certo que a Venezuela também conta com outros fatores estratégicos, pois é um dos maiores países da América do Sul com quase 30 milhões de habitantes. Além disso, conta com um PIB a beira dos 100 bilhões de dólares e é possuidor de um grande território em boa parte ainda não explorado. No entanto, a Venezuela permaneceu quase que

inteiramente um país alheio aos seus vizinhos do sul e secundário no concerto hemisférico. Em grande medida, isso se explica pela sua vocação caribenha (já que ao sul há a barreira da floresta Amazônica) e pelo histórico de acentuada dependência em relação aos Estados Unidos, que desde o século XIX exerce forte influência sobre a Venezuela e, a partir dos anos de 1920, passou a explorar ali a indústria do petróleo.

No fim dos anos 1980 percebe-se um ponto de inflexão no que se refere ao quase-isolamento venezuelano das questões sub-regionais. As mudanças no quadro político e o agravamento do cenário econômico forçaram o país a diversificar parceiros e a Venezuela passou a se interessar pelos vizinhos andinos e pelo processo de integração que se desenrolava ao sul, com o Mercosul. A partir desse momento, há duas fases de evolução das relações bilaterais Brasil-Venezuela:

O primeiro período das relações Brasil-Venezuela foi marcado pelos acordos de *La Guzmanía*, que tiveram um efeito importantíssimo relacionado às questões de fronteira. A segunda fase se caracteriza pela priorização das relações com o Brasil por parte do governo venezuelano. Vale dizer que isso foi objeto de discussão na campanha eleitoral de 1998 na Venezuela quando os dois principais candidatos firmavam esse mesmo propósito. A vitória de Hugo Chávez, tem um papel importante para determinar o grau de inclinação da política exterior da Venezuela em relação ao Brasil e à América do Sul, mas não é sua única explicação pois esse era um processo em curso. Por outro lado, a chegada ao poder de um militar fora dos quadros dos partidos tradicionais e que havia liderado uma tentativa de golpe em 1992, é fato novo e determinante para o quadro que se seguiu a eleição uma vez que, a partir de então, a cultura política e a vida econômica, política e social venezuelanas experimentaram uma mudança abrupta e profunda, assim como a política exterior venezuelana que sofreu mudanças significativas com impactos diretos no contexto sul-americano.¹

Paralelamente a isso, o Brasil vivia um período de transição sem sobressaltos desde Itamar Franco, que foi sucedido por Fernando Henrique Cardoso, que exerceu dois mandatos e que foi sucedido por Luiz Inácio Lula da Silva.

¹ O cenário político venezuelano era estruturado havia décadas em torno da alternância entre o social-democrata AD (Ação Democrática) e o democrata-cristão COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente).

Ainda que alguns analistas apontem diferenças na Política Exterior de cada governante, a prioridade dada por todos esses governos à consolidação da democracia e à estabilização econômica e a integração aos mercados internacionais fez com que fosse mantido um clima de estabilidade na condução desses assuntos. Estabilidade, aliás, tem sido o maior interesse do Brasil no tocante à política (consolidação da democracia em todo o subcontinente), à economia e à segurança regional, pois quanto menores os conflitos e sobressaltos, maior a desenvoltura do país (e dos países da região) na consolidação de uma imagem de país (e de região) amadurecido para receber investimentos internacionais. Daí a convergência do Brasil aos tratados internacionais de segurança e controle de armas e também a adesão do Brasil aos programas de liberalização econômica.

Do outro lado, a consolidação do presidente Chávez no governo, mesmo tendo sido ameaçado por um golpe de Estado em 2002, trouxe consigo a palavra de ordem “Revolução Bolivariana” que atribui à região uma imagem exatamente oposta àquela que o Brasil vem promovendo. No lugar da consolidação democrática, a instabilidade política; no lugar da adesão aos programas de liberalização, a reversão da abertura comercial e da privatização; no lugar da retórica da busca pacífica da solução de conflitos, a corrida armamentista, o discurso incisivo e a aproximação com países de baixa aceitação internacional como o Irã.

Apesar dessas diferenças tão pronunciadas, as relações bilaterais refletem um crescente acordo. A Venezuela tornou-se um parceiro essencial do Brasil e hoje condiciona o ritmo do processo de integração econômica regional. As expectativas apontam para o incremento dessa relação a partir de projetos de integração energética. As divergências entre os dois países são muitas e superam o aspecto do estilo e do discurso. Mas é na questão dos assuntos de segurança regional que se encontram os maiores problemas. O antiamericanismo militante, a oposição ao Plano Colômbia, as supostas relações secretas com grupos guerrilheiros, a implementação de uma nova doutrina militar, o armamentismo e a distribuição de armas entre grupos paramilitares, são assuntos que demandam um alto nível de atenção do Brasil e dos vizinhos, pois denotam um comportamento de risco.

Tratar das relações entre o Brasil e a Venezuela é, pois, lidar com toda essa gama de assuntos e particularidades com a certeza de que as relações bilaterais estão em um nível do qual não há retorno, dada a importância dos dois países um para o outro e dos dois para a região.

a) As relações bilaterais e a dinâmica da fronteira.

As relações econômicas e diplomáticas entre o Brasil e a Venezuela, como não poderiam deixar de ser, são extremamente complexas e a evolução das relações bilaterais nos últimos anos imprimiu um enorme significado para os dois países e para a América do Sul. Isso não quer dizer obviamente que os dois países desenvolvam relações livres de diferenças e de confrontos. A Venezuela, particularmente a Venezuela do governo Chávez, representa ao mesmo tempo um parceiro e um concorrente; que tanto agrega benefícios quanto trás constrangimentos políticos em relação aos outros países da região e em relação à opinião pública interna do Brasil. Por outro lado, não há como pensar as questões do subcontinente sem a presença da Venezuela. Nem no aspecto da integração política – cenário no qual a Venezuela tem sido protagonista – nem no cenário das diversas dinâmicas de integração econômica – cenário no qual os hidrocarbonetos venezuelanos desfrutam de grande importância. Assim, independentemente da longevidade do governo Chávez e da Revolução Bolivariana, a sul-americanização daquele país parece um processo sem retorno.

A Venezuela, como um país ao mesmo tempo amazônico, andino e caribenho, com forte influência na América Central, exportador de petróleo, a terceira maior economia regional e um participante ativo na OEA, é naturalmente um parceiro estratégico para o Brasil e para sua política regional. No entanto passaram-se décadas sem que essa importância fosse reconhecida e redundasse em um incremento das relações bilaterais.

Desde o fim do século XIX e durante quase todo o século XX a Venezuela esteve quase condicionada pelo seu aspecto de exportador de petróleo e seus interesses estiveram voltados quase que exclusivamente para suas relações com o Caribe e, principalmente para com os Estados Unidos. A abertura da Venezuela para a América do Sul, incluindo Brasil e Mercosul, teve início no segundo governo Perez (1989 a 1992), em função da necessidade de se diversificar parceiros e contornar a crise econômica pela qual passava aquele país.

As relações Brasil-Venezuela entraram em uma fase positiva de desenvolvimento a partir do encontro de La Guzmanía, em 4 de março de 1994, no qual os presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera assinaram os mais importantes acordos e compromissos da história

entre os dois países até então. La Guzmania pavimentou o caminho e levou ao atual estágio das relações Brasil-Venezuela.²

Nos governos Fernando Henrique no Brasil e de Rafael Caldera na Venezuela observou-se uma intensíssima agenda de reuniões e encontros e visitas presidenciais decorrentes dos compromissos assumidos em La Guzmania. Com efeito, o presidente Caldera visitou Brasília 1994 e 1996, enquanto que o presidente Fernando Henrique visitou Caracas em 1995. Em La Guzmania, foram criados o MPC (Mecanismo Político de Consulta) e a Coban (Comissão Binacional de Alto Nível) presidida pelos chanceleres e integradas por diversos ministros de Estado. Em 1994, o Coban realizou 6 encontros e ocorreram 7 MPC além de diversos grupos de trabalho setoriais (dentre eles: GTs de comércio e integração; de transporte; de energia; de agricultura; de comunicação e desenvolvimento de fronteira).

As iniciativas que geraram os acordos de *La Guzmania* estavam em grande medida limitadas ao âmbito das relações fronteiriças. Isso não é pouco uma vez que um dos grandes problemas do Estado brasileiro sempre foi em relação à efetiva dinâmica econômica que levasse a uma auto-suficiência da região amazônica. No caso do Estado de Roraima, o isolamento, as dificuldades de transporte e o alto custo dos insumos constituem-se em um impedimento para o desenvolvimento local. Daí o impacto extremamente positivo dessas primeiras medidas na dinâmica econômica de Roraima com conseqüências também na área segurança, de meio-ambiental e indígena.

Destacam-se a seguir os resultados do acordo de *La Guzmania* (1994/1998):

Comércio: O GT de comercio e integração levou a assinatura do acordo de complementação econômica e o acordo de proteção aos investimentos diretos. No comércio propriamente dito observou-se o incremento de 130% no comércio bilateral entre 1993 e 1997. Chegando a US\$1,8 bilhão com déficit constante para o Brasil em razão da importação de petróleo e derivados. Nesse item, a Venezuela tornou-se o principal fornecedor de petróleo e derivados ao Brasil substituindo a Arábia Saudita neste posto. Em 1997, a Arábia Saudita havia reduzido sua participação no quadro de fornecedores de

² Já mesmo em 1994, na XLIX assembléia geral da ONU, o presidente Caldera anunciou apoio ao pleito do Brasil em obter cadeira permanente no Conselho de Segurança. Uma demonstração importante, pois a Venezuela acabava de tomar partido em uma disputa na qual o México e a Argentina se contrapunham à candidatura brasileira.

petróleo do Brasil em 15% e a Venezuela havia ampliado em 13% a sua participação neste mesmo quadro.

Assinatura de memorando de entendimento e cooperação entre Petrobrás e PDVSA foi o embrião da idéia que mais tarde evoluiu para um projeto de parceria das empresas petrolíferas estatais para a operação conjunta em diversos projetos.

Convênio de entendimento técnico entre empresas do setor elétrico (Eletrobrás e Edelca) e do setor de telecomunicações (Telaima e CANTV) com vista a parcerias nesses setores.

No tocante à melhora da infra-estrutura, destaca-se a assinatura de contrato entre a Eletronorte e eletrobrás e a venezuelana Edelca para fornecimento de energia elétrica para região de Boa Vista e o compromisso de pavimentação da BR 174 no trecho que liga Manaus à fronteira com a Venezuela, passando por Boa Vista e possibilitando o acesso até a Caracas.

No que se refere ao desenvolvimento da região de fronteira, vale destacar que a região de Roraima (no lado brasileiro) é extremamente carente e isolada. Roraima tem cerca de 2/3 de seu território destinado a reserva indígena e as atividades econômicas tradicionais da região (garimpo e agricultura) estão inviabilizadas, de forma que as iniciativas mesmo que limitadas acabam tendo grande importância relativa em função do impacto que causam na economia local. Se esse impacto é positivo ele tem potencial para ampliar a dinâmica das relações bilaterais gerais. A assinatura de diversos protocolos, sobretudo nos trâmites aduaneiros e de imigração possibilitaram uma dinâmica local de comércio e turismo com impacto positivo para os moradores de Roraima. As facilidades concedidas à população daquele Estado em adentrar o território venezuelano sem nenhum embaraço de imigração ou alfândega até a cidade de Santa Elena, possibilitam o abastecimento de produtos comprados do comércio local a preços bastante inferiores aos praticados no Brasil, mas o maior dos benefícios foi no tocante a redução de gastos na geração energia que, até a chegada da energia da Edelca, era obtida pelos geradores a óleo diesel que, por sua vez, era abastecido com óleo levado pra lá de avião.³

³ O garimpo foi um complicador das relações de fronteira nos anos 90. O garimpo feito de forma ilegal e com grande impacto sobre o meio ambiente. O governo Collor havia iniciado o processo que levaria à demarcação da reserva indígena no norte do Estado de Roraima (a Venezuela já havia consolidado a reserva para a mesma etnia ianomami do outro lado da fronteira.) o que colocou na ilegalidade total a atividade de garimpo. No entanto o governo federal não havia conseguido ainda deter o garimpo, ainda mais que as lideranças locais (Boa

Por outro lado, a importância estratégica das relações com o Brasil foi incorporada pelas forças políticas venezuelanas, tanto que os dois candidatos com chances nas eleições de 1998 (que escolheram o sucessor de Caldera - Hugo Chávez e Henrique Salas) anunciaram que o Brasil seguiria sendo prioridade na política externa.

No final de 1998, os presidentes Fernando Henrique e Rafael Caldera, encontraram-se na fronteira, por ocasião da inauguração (23/11/1998) do asfaltamento da rodovia BR 174. Era o fim do mandato de Caldera e em seu discurso, o presidente da Venezuela fez apelos para que o colega brasileiro se empenhasse em realizar a união de toda a América do Sul. Fernando Henrique respondeu que "Hoje nos sentimos cada vez mais sul-americanos. O que foi um sonho "bolivariano" é um hoje um sentimento que toma conta de nós".⁴

Intencionalmente ou não, Fernando Henrique invocou o sonho "bolivariano", que seria a inspiração de toda a reorganização política levada à cabo pelo sucessor de Caldera na presidência venezuelana, Hugo Chávez.

Com Chávez no poder, as relações bilaterais passam por duas fases. A primeira é marcada apenas seqüência das iniciativas de La Gusmania. Essa é a fase de adaptação de Hugo Chávez ao poder e vai até a sua vitória sobre a tentativa de golpe, em 2002. Em setembro de 1999, ele chegou para a sua quarta visita ao Brasil desde eleito. O Chanceler Felipe Lampreia listou os assuntos que estavam na pauta das conversas entre Chávez e Fernando Henrique. A cooperação operacional da Petrobrás com a PDVSA, pela qual a Petrobrás participaria da exploração e do refino de petróleo na Venezuela e, na outra via, a PDVSA iniciaria atividade na distribuição de combustíveis no Brasil. Outros negócios eram: um contrato de US\$ 180 milhões para a construtora Norberto Odebrecht para a construção do metrô de Caracas e a participação da Embraer na concorrência para a venda de 30 aviões de treinamento militar para a Força Aérea Venezuelana. Vale destacar que, àquela altura o comércio bilateral entre os dois países havia pulado de US\$ 800 milhões em

Vista) se opunham á determinação de Brasília em frear o garimpo e proteger a terra indígena. Na verdade isso acabou com a dinâmica econômica de Boa Vista.

4 MRE - Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Inauguração da Pavimentação da Rodovia BR-174

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalle.asp?ID_DISCURSO=1261

Acessado em 08/03/2007.

1994 para mais de US\$ 2 bilhões, em 1998 e a Venezuela havia se tornado o segundo maior fornecedor de petróleo do Brasil.

Apoiado pelo governo brasileiro na época do malsucedido golpe de 2002 e na greve dos petroleiros que desabasteceu o país, Chávez se mostrou agradecido e o tornou confiante da futura aliança. A sua estabilização no poder levou a uma intensificação da agenda bilateral e regional. A partir de 2002, Chávez manejou uma profunda mudança no rumo e no estilo da política exterior venezuelana. A priorização das relações com o Brasil (e, conseqüentemente pelo Mercosul) já era a tônica da política exterior do governo de Caldera, tornou-se mais que prioridade e o presidente Chávez movimentou-se para tornar-se uma das mais importantes personalidades na política regional.

A consolidação de Chávez no poder e sua inclinação para com o Brasil tiveram um aspecto positivo imediato para a diplomacia brasileira, pois foi um passo para redirecionar a discussão sobre a ALCA. Neste sentido, em diversas oportunidades o governo de FHC deixou expresso que tinha como prioridade a consolidação do Mercosul e que a negociação para formação da ALCA deveria seguir em uma marcha condizente com isso. Fato que levou o Brasil a sofrer críticas de diversos governos que queriam acelerar as negociações para se cumprir o prazo original de 2005 para o início do funcionamento da zona de livre comércio. Dentre eles, Vicente Fox do México que cegou a propor uma ALCA sem o Brasil.

b) A integração regional

A Venezuela como um país ao mesmo tempo amazônico, andino e caribenho (com influencia na América Central), exportador de petróleo, a terceira maior economia regional e um participante ativo na OEA, seria naturalmente um pilar para esta estratégia brasileira. Além disso, a influência da Venezuela no Pacto Andino sugeria a possibilidade de atração dos outros países daquele bloco e até do caribe para uma futura comunidade sul-americana de nações.

Vale dizer que o esforço do Brasil e da Argentina até então no sentido de ampliar o bloco comercial havia permitido avanços modestíssimos. Acordos subseqüentes entre Mercosul e Comunidade Européia ou mesmo com a CAN arrastaram-se sem se chegar a um acordo. Desde a assinatura do Tratado de Assunção (1991) apenas dois países sul-

americanos, Chile e Bolívia, acabaram assinando um termo de associação não plena ao bloco. Mas era a Venezuela que mais interessava ao Brasil.

A Venezuela que seria bastante importante do ponto de vista estratégico para Mercosul, mas principalmente para o Brasil, pois a presença de um outro grande país da região poderia fortalecer a posição brasileira contra a oscilante posição Argentina que, durante o governo Menem se mostrava atraída pela ALCA. Amado Cervo inclusive apontou a Venezuela como o “plano B” do Brasil caso não se conseguisse negociar a contento a criação do Mercosul.⁵

No entanto pela sua própria complexidade a Venezuela não teve condições de aderir formalmente ao Bloco no seu início nem nos primeiros anos de existência. A despeito de demonstrar vontade, a Venezuela estava condicionada pela participação na CAN e a expectativa particularmente do Brasil era de promover a integração regional a partir da negociação do Mercosul com a CAN. Como pelo menos dois membros da CAN (Colômbia e Peru) estavam mais inclinados a acordos com os Estados Unidos, a perspectiva de adesão da Venezuela permaneceu em compasso de espera até que o presidente Chávez resolvesse romper com a CAN.

Ao escolher o caminho do rompimento com Colômbia e Peru, o presidente venezuelano determinou um novo modelo de integração: não mais a Comunidade Sul-americana de Nações (CSN), como queria o Brasil, mas o Mercosul expandido. Com a entrada de Caracas, formou-se um bloco sul-americano de norte a sul, desde a ilha Margarita no Caribe até Ushuaia, seguindo a costa do Atlântico.

Vale salientar que nova dimensão do Mercosul, muito mais centrada no aspecto político do que propriamente comercial. Ou seja, em função das limitações do modelo e do processo de integração do Mercosul, o comércio que é gerador dos maiores problemas tornou-se secundário e isso explica a aceitação recente do governo Brasileiro de medidas unilaterais argentinas de salvaguarda comercial contra os produtos industriais brasileiros. Por outro lado, as afinidades políticas centradas em um conjunto de posições ainda que genéricas e às vezes contraditórias de afirmação política, mas que resume um projeto de redução da dependência dos EUA, tornam-se o principal determinante do processo de integração. Assim, bandeiras como a contenção da ALCA, a busca de soluções através da

5 CERVO, Amado Luiz O Eixo Venezuela-Brasil. Meridiano 47 no. 13, mês 7, ano 2001.

cooperação sul-sul e a luta contra protecionismo dos países centrais são alguns fatores comuns que dão unidade ao bloco.

É essa dimensão política que sobressai da nota do Itamaraty que anunciou o acordo de adesão da Venezuela ao Mercosul.

A incorporação da Venezuela ao Mercosul constitui importante passo no processo de integração iniciado, em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, que uniu Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Mercosul adquire uma nova dimensão política e econômico-comercial, configurando importante vetor da integração da América do Sul. Com a adesão da Venezuela, o Mercosul passa a constituir um Bloco com mais de 250 milhões de habitantes, área de 12,7 milhões de km², PIB superior a um trilhão de dólares (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio global superior a US\$ 300 bilhões. Em sua nova configuração, o Mercosul torna-se um dos mais significativos produtores mundiais de alimentos, energia e manufaturas, o que proporcionará melhores condições de vida para seus povos.⁶

Com Chávez, aproximar-se do Brasil significou o distanciamento em relação à Colômbia. Este fenômeno está ligado à aliança militar que aquele país mantém com os Estados Unidos, proximidade que aumentou com o tratado de livre comércio assinado entre Estados Unidos e Colômbia e a conquista de status de aliado preferencial atribuído por Washington à Colômbia. A priorização das relações com o Brasil e a integração ao Mercosul está longe de ser um consenso entre os analistas venezuelanos.

Los procesos de integración y los ensayos de aproximación en América del Sur están severamente afectados por visiones incompletas y por acciones erráticas. La distancia de Venezuela con la Comunidad Andina es un error estratégico fundamental, porque Colombia es nuestro interlocutor más inmediato y porque existen realidades económicas y materiales que no es admisible ignorar. Más allá hemos de definir una política seria, de clara reciprocidad, duradera, productiva, con Argentina. Hay un meridiano no registrado todavía en los diseños cartográficos que pasa por Caracas, Bogotá, Brasilia y Buenos Aires.⁷

c – A integração energética

Outro aspecto da política sub-regional na qual a Venezuela e Brasil são protagonistas tem a ver com questão energética que, na circunstância atual é a chave do problema de infra-estrutura para os principais países da América do Sul.

Concorre para isso a crise do petróleo que tende a ser prolongada em função das previsões quanto ao esgotamento das reservas mundiais e a instabilidade recorrente no oriente médio. A busca de recursos alternativos passa necessariamente pela mudança ou

⁶ disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=3769. Acessado em: 26-05-2006.

⁷ SALOM, Ramón Escovar Las relaciones con Brasil <http://www.analitica.com/va/internacionales/opinion/1356062.asp> acesso em 21/03/2006.

diversificação da matriz energética na maioria dos países. O gás vem se tornando uma alternativa ao petróleo que pode se viabilizar economicamente, porém a exploração das reservas depende ainda de infra-estrutura e tecnologias para superar problemas técnicos no manejo do produto. A versatilidade é um fator pró-gás, pois ele é apropriado para uso em veículos, doméstico e para fins industriais inclusive para geração de energia. Neste caso a instalação de termoeletricas de diversos tamanhos no circuito dos dutos permite a geração de energia para consumo regional evitando o custo de redes de transmissão de longa distância, além de diminuir o risco de apagão.⁸

Na América do Sul há reservas de gás volumosas com possibilidades de gerar excedentes exportáveis na Venezuela, na Bolívia e no Peru. Argentina, Brasil e Chile são países que apresentam interesses na compra de gás natural em função de suas respectivas perspectivas de crescimento econômico. Para esses países a compra de combustíveis, especialmente do gás é inevitável. Junte-se a isso capacidade (financeira e técnica) das empresas estatais PDVSA e Petrobrás. A venezuelana controla o setor petróleo e gás na Venezuela e vem se beneficiando com os preços do petróleo. A Petrobrás detém um monopólio virtual do setor no Brasil e tornou-se uma gigante multinacional da energia atuando em diversos países da América do Sul. Em associação estas empresas contam com capacidade de produção e distribuição para um mercado cativo em franca expansão. Assim, parece que são dadas as principais condições para o projeto do mega gasoduto ligando as reservas de gás da Venezuela aos centros consumidores no sul do sub-continente. A eventual associação do Brasil e do Chile (ao projeto) países que atingiram grau de confiabilidade do sistema financeiro internacional também poderá levar credibilidade capaz de angariar investimentos sem os quais um projeto desse porte não tem viabilidade.

Ainda não foram apresentados os estudos de viabilidade técnica e econômica do Gasoduto do Sul. Pode-se adiantar que serão imensos. O gás sairia das reservas venezuelanas e cruzariam a Amazônia para o lado brasileiro adentrando o planalto central e sul do Brasil até a Argentina e Uruguai. Dada a extensão e as dificuldades em cruzar a floresta amazônica bem como seus rios projetam um custo que pode chegar à casa dos US\$ 20 bilhões. Além disso, prevê-se uma enorme oposição de ambientalistas e as comunidades

8 Olívia Fraga Geração descentralizada revista politécnica da USP de 23-08-2001. disponível em: http://www.poli.usp.br/RevistaPolitecnica/print_conteudo.asp?id=218 Acesso em 26-04-2006

indígenas dentre outras. Mas as maiores dificuldades são de ordem política, pois internamente há resistência inerentes a um projeto dessa magnitude. Portanto, haveria necessidade de se chegar a um consenso entre as forças políticas no Brasil para inicia-lo. Por outro lado, na falta de tradição de respeito a marcos jurídicos entre os países da região tendem a dificultar sobremaneira qualquer acordo. As dificuldades das empresas brasileiras na Bolívia são um exemplo recente disso. Portanto, sem um marco jurídico confiável as possibilidades de um consenso político a respeito são escassas. Uma outra fonte de desconfiança sobre o projeto que é o fato de ser ele originado da proposta de Hugo Chávez o que desperta desconfianças em razão da grande divisão na sociedade venezuelana que pode desembocar em crise política e descontinuidade do regime. Há ainda uma série de dificuldades tais como a insegurança pela desconfiança de determinados países em tornarem-se dependentes em relação a um recurso energético fornecido a partir do território de outro Estado. Esse é um problema atual entre Bolívia e Chile e entre Chile e a Argentina, mas que também pode se manifestar em outras situações.

Caso a proposta vença as barreiras iniciais técnicas, financeiras e políticas e se transforme em um projeto, espera-se que seja um longo percurso ainda até que os estudos sejam feitos, os governos o aprovem, sejam captados recursos para que, finalmente se iniciem as obras. Portanto, o gasoduto do sul não é ele mesmo objeto deste projeto de estudos. Mas a proposta do GS já apresenta um efeito importante à medida que vem funcionando como mobilizador em torno de um projeto de infra-estrutura vinculado a programa de desenvolvimento econômico de caráter regional que jamais foi visto no sub continente. Nem mesmo os programas de integração regional – Mercosul ou CAN – levaram à formulação conjunta de programas estratégicos de desenvolvimento econômico com aspiração regional do porte e da expressão do GS (o gasoduto Brasil-Bolívia teve um custo de US\$ 2,3 bilhões, e a e a hidrelétrica de Itaipu corrigidos de US\$ 11 bilhões). Impactos já podem ser sentidos nas relações regionais uma vez que a integração energética entrou na agenda das discussões no quadro da integração econômica com manifestações de apoio explícito e articulado dos presidentes da Venezuela, da Argentina, do Brasil e do Uruguai, os envolvidos diretos no assunto.

Em junho de 2006 ocorreu uma reunião dos ministros da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela acompanhados de sete equipes técnicas, em Caracas, para discutir o projeto e

sua viabilidade.⁹ Atualmente, a parte norte do gasoduto (ligação entre a Venezuela e o nordeste brasileiro) é a que está com estudos adiantados com vistas à elaboração do projeto.

A uma gama enorme de negociações em curso no tocante a exploração e suprimentos energéticos no subcontinente: o Chile negocia gás com a Bolívia e com a Argentina, o Equador pretende estabelecer acordo com a PDVSA para refino de petróleo, a Bolívia negocia com Brasil e Argentina as condições de fornecimento de gás. Como se vê a agenda de encontros acerca da questão energética na América do Sul é intensa e as possibilidades de negociações multilaterais cresceram a partir da proposta de projetos trans-fronteiriços.

Talvez por isso, a proposta do gasoduto leve a uma reação dúbia da sociedade civil. Por um lado, há o fator do desenvolvimento estratégico calcado no gás natural que encontra ressonância em setores empresariais, governamentais e nas associações técnicas. Seja lá qual for o caminho a ser seguido, são as relações do Brasil com a Venezuela que determinarão o compasso da integração no sub-continente sul-americano.

d) Etanol versus petróleo

A última grande questão a ser destacada no setor energético e que é representativa pra se observar e analisar a dinâmica das relações Brasil-Venezuela tem a ver com etanol.

É notável que toda a contradição em torno do petróleo desemboca na necessidade de alternativas para essa matriz energética. Nesse contexto o Brasil vem alcançando um destaque jamais visto em função da evolução do pró-álcool¹⁰ e da recente tecnologia de biodiesel patenteada pela Petrobrás. Com efeito, vários países vêm aderindo ao etanol (puro ou adicionado à gasolina) e a outros combustíveis de origem vegetal. Alguns exemplos da importância desse recurso na agenda exteriores do Brasil são a visita do presidente Italiano, ocasião em que se anunciou acordo de produção de etanol numa inédita parceria com empresa italiana e a Petrobrás em terras africanas para bastecer o mercado italiano. Além disso, pode ser observado o movimento de aquisições de empresas do setor alcooleiro do

⁹ http://www.adnmundo.com/contenidos/gasoducto_petrobras_ir_06_05_24.html acesso em 25-05-2006.

¹⁰ O pró-álcool foi um programa do governo brasileiro em reação às crises do petróleo dos anos de 1970. Com o programa foi introduzido o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de álcool destinado ao abastecimento de veículos misturados ou não à gasolina. O pró-álcool passou por muitas crises desde então mas acabou desenvolvendo parque produtivo, logística e tecnologia que capacitam o Brasil utilização crescente do álcool na matriz energética.

Brasil por empresas européias. Mas a mais importante dos exemplos é a visita e George W. Bush.

E a viagem do presidente George W. Bush em fevereiro de 2007 ao Brasil é muito sintomática de onde estão os interesses norte-americanos atualmente. Primeiro ponto a se destacar é escolha de São Paulo e não de Brasília ou do Rio de Janeiro como fez o seu antecessor. A intenção da Casa Branca atualmente não é nem de manter rituais diplomáticos nem de turismo.

São Paulo guarda a imagem de ser a capital dos negócios e do trabalho, e, de fato, é onde se concentram o capital, a tecnologia e o parque produtivo do etanol. Foi exatamente o que o Presidente Bush veio conhecer, pois é o que interessa aos norte-americanos no momento. Independentemente de quem será o próximo presidente dos Estados Unidos, a questão das fontes de energia alternativas ao petróleo é essencial. Portanto, a visita a São Paulo indica uma possibilidade real de acordos de longo prazo que podem estreitar muito as relações Brasil-Estados Unidos a médio e longo prazo. Isso em função de uma série de conveniências. Para os Estados Unidos, diminuir paulatinamente a dependência de petróleo e conseqüentemente reduzir o papel de atores problemáticos como Irã e Venezuela. Para o presidente Bush em particular é a redenção dos anos em que se negou a controlar emissões de poluentes. Para o Brasil, a iminência de tornar-se um mega exportador de em biocombustíveis. Também haverá impacto significativo para as relações hemisféricas, pois, um programa de expansão do parque sucro-alcooleiro para países da América Central e do Caribe, em um programa bancado pelo Brasil e pelos Estados Unidos pode significar uma nova fase da presença norte-americana e brasileira na região. E esse é um dos subprodutos dos acordos que vêm sendo analisados pelos dois países.

A simples perspectiva de que ocorram essas três coisas: a) a aproximação de Washington e Brasília; b) a perda de importância do petróleo e c) a expansão da atividade sucroalcooleira pela América Central e Caribe fez com que o presidente Chávez se articulasse e se lançasse em oposição ao etanol em um giro pela região. Para isso contou inclusive com a ajuda do seu aliado Fidel Castro que saiu de seu descanso terapêutico para escrever no jornal Cubano *Granma*, dois textos com o teor assinalado.¹¹

¹¹ São eles: Condenados a muerte prematura por hambre y sed más de 3 mil millones de personas en el mundo. Acessado em 30/03/2007. Disponível em: <http://www.granma.cu/espanol/2007/marzo/juev29/reflexiones.html>

A viagem do presidente norte americano pela América Latina em fevereiro de 2007 foi acompanhada por uma jornada do presidente venezuelano na mesma região. Enquanto o presidente George W. Bush visitava em São Paulo unidade de produção de etanol e discutia temas ligados a combustíveis de origem vegetal, o presidente Chávez encontrava na Argentina com o presidente Kirchner onde se promoveu um comício anti-Bush.

A imprensa nacional e estrangeira noticiaram insistentemente que o giro de Hugo Chávez tinha a intenção de ofuscar a viagem de George W. Bush e o teor dos discursos dele não deixam dúvida sobre isso. Porém há uma grande chance de que George W. Bush, a quem Hugo Chávez chamou de “cadáver político” depois da derrota do Partido Republicano nas eleições para o Congresso em 2006, não tenha sido o alvo preferencial. Afinal, não haveriam sentido em despender energia com um “cadáver político”.

O real alvo de Hugo Chávez e de Nestor Kirchner é a disputa pela a atenção do Brasil, mais precisamente um sinal direto para o Presidente Lula da Silva no sentido de mostrar-lhe que há escolhas a se fazer.

O sinal de alerta que se acendeu nos “círculos bolivarianos” e congêneres não é sem sentido. Apenas um mês depois da visita ao Brasil, o presidente Bush recebeu o presidente Lula da Silva em Camp David, honraria reservada a poucos.

Nisso que a imprensa classificou de diplomacia do etanol, o discurso brasileiro, ao reforçar as características positivas do biocombustível acaba por desqualificar os hidrocarbonetos. Os Biocombustíveis são associados até de forma irracional a uma antítese do petróleo. O petróleo é fonte não renovável, o biocombustível tem origem em diversos tipos de vegetais; o petróleo é causador de efeito estufa, os combustíveis alternativos têm índices muito reduzidos de emissão de poluentes; a Petrobrás é detentora de patentes de biodiesel enquanto a PDVSA não conta com a menor iniciativa na área; o petróleo está associado a países e regiões de instabilidade política ou a líderes causadores de instabilidade, enquanto que os países chave para os biocombustíveis são Brasil e EUA. Ainda que seja precipitada qualquer conclusão sobre a questão dos biocombustíveis e de seus efeitos econômicos, políticos ou sociais, é certo que a diplomacia do etanol assume um caráter estratégico nas relações Brasil-Venezuela bem como nas relações hemisféricas. O

próximo embate sobre o tema deve se dar na Venezuela que sediará a 1ª Cúpula Energética Sul-Americana ainda no mês de abril de 2007.

e) A Segurança Regional e as relações hemisféricas.

No cenário da segurança regional observam-se grandes diferenças de postura entre os governos brasileiro e venezuelano. Ainda que o presidente Chávez tenha proposto algum arranjo na área da Defesa, essas questões jamais entraram na agenda de debates bilaterais. Na verdade, ao Brasil interessa que por enquanto esse debate não aflore, pois se acontecer, o Brasil acaba tendo que se posicionar entre a Venezuela e os Estados Unidos e isso tem o duplo dissabor. Por um lado, as tensões Washington-Caracas tende a manipular o debate, fugindo ao controle do Brasil e dos demais atores e segundo, o fato de que as posições polarizadas tendem a supervalorizar problemas que são secundários para o Brasil e que criariam uma situação desestabilizadora.

Nessa mesma linha seguem a Argentina e o Chile. Aliás, acompanhando o Uruguai, Chile, Peru, Argentina e etc. o Brasil publicou a sua Política de Defesa Nacional - uma espécie de Livro Branco da Defesa -, em 1996.¹² No documento inicial ou nas suas revisões que seguiram, o governo brasileiro sempre demonstrou a expectativa de um cenário regional pacífico e estabilizado. Nesse sentido, o governo brasileiro vem mantendo um orçamento de Defesa nos patamares tradicionalmente baixos sendo que os maiores investimentos nos últimos anos foram a compra de um porta aviões usado da França (o porta Aviões São Paulo substituiu o Minas Gerais que foi desativado) e o Projeto SIVAN (Sistema de Vigilância da Amazônia) que é um programa para a contenção de ações ilegais na região amazônica, portanto com ampla aplicação civil.¹³ Além disso, o Brasil vem direcionando esforços para as operações de paz, como a do Haiti.

Comparado ao resto da América do sul, a política de Defesa da Venezuela é uma incógnita.

Outro fator de impacto nas questões de segurança e Defesa tem a ver com as relações civis-militares. E neste sentido também a Venezuela se diferencia do Brasil e da quase totalidade dos países sul-americanos. No Brasil, o processo de democratização levou

¹² https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES.HTM acesso em 15/05/2007.

¹³ O SIVAM é um sistema de vigilância aérea montado com o custo de US \$ 1,4 bilhão e que fornece informações em tempo real de atividades diversas tais como trânsito de embarcações e aeronaves ou mesmo queimadas e desmatamento.

os militares de volta aos quartéis. Já na Venezuela, o regime tem atribuído um papel preponderante para os militares na administração pública e na política. A adoção pelos militares do slogan “pátria, socialismo e liberdade” coloca os militares como garantidores do movimento e leva a crer que qualquer iniciativa de oposição a ela terá conseqüências alarmantes em função do possível emprego do aparato militar. Com conseqüências á democracia e aos direitos humanos.¹⁴ Em decorrência dessa nova organização militar na Venezuela, a promoção de oficiais-generais deixou de ocorrer sob autorização do Parlamento e passou a ser feita pessoalmente pelo comandante em chefe das Forças Armadas e pelo presidente da República. Dessa forma, a carreira militar deixa de seguir os critérios típicos da carreira militar e passaram a seguir critérios subjetivos.¹⁵

A Venezuela começa tornar-se protagonista também na área da segurança. A partir do anúncio do Plano Estratégico de Modernização das Forças Armadas Nacionais em 2004, parte da adoção de uma nova doutrina de segurança nacional pela Venezuela, é possível depreender uma série de mudanças em relação ao comportamento clássico adotado por essa nação em relação às questões de Defesa.

Em linhas gerais, o Plano Estratégico de Modernização contempla uma série de compras e atualizações capazes de modernizar e ampliar o poder de Defesa e de ataque da Venezuela.¹⁶ Informações, ainda que parciais, dão conta de um elevado dispêndio que comporiam as compras iniciais, em contraste ao padrão de gastos vigentes até 2005 de cerca de 1,7% do PIB.¹⁷ Entre as principais aquisições do pacote, temos 100.000 fuzis de

14 Assim o presidente Chávez se manifestou a 12 de novembro de 2004, durante Conferência de Alto Nível sobre o Novo Mapa Estratégico: “la nueva Estrategia Militar Nacional tiene que ver con todos, especialmente con los señores generales, comandante de los componentes militares, con lo que hemos estado hablando hasta poco acerca del Nuevo Pensamiento Militar Venezolano. Tienen que nombrar una comisión que empiece a trabajar, a rebuscar en el pasado y a actualizar el auténtico pensamiento militar venezolano y borrar todo vestigio de la inyección que nos hicieron o nos aplicaron de la doctrina imperialista. Eso hay que borrarlo definitivamente. Vamos a agarrar a Bolívar, ahí está el pensamiento militar venezolano, a Miranda, a Guaicaipuro, a Sucre”. Cf. www.gobiernoenlinea.ve (consultado em 28/10/06).

15 Ver Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional. Gaceta Oficial nº 38.163, 16 de diciembre de 2005.

16 Estas medidas foram precedidas e complementadas por uma reestruturação política e doutrinária ainda em curso no país, como a Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999), a Ley Orgánica de Seguridad de la Nación (2002), a Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional (2005), a Ley de Conscripción y Alistamiento Militar (2006), apenas para destacarmos as principais.

17 Para este mesmo ano, tivemos em termos percentuais com relação ao PIB gastos em torno de 1,9% para o Brasil, 1,3% para a Argentina, 3,5% para o Chile e 3,3% para a Colômbia (além da ajuda norte-americana nos marcos do Plano Colômbia) que vive uma situação de conflito interno. Ver Atlas Comparativo de la Defensa. Buenos Aires: RESDAL/Red de Seguridad y Defensa de América Latina, 2006.

assalto Kalashnikov AK-103 e 104, 50 caças MIG-29, 6 aeronaves C-295, 24 aviões Super-Tucanos, 40 helicópteros de combate MI-24, 5 radares móveis, 7 fragatas F-25 e F-26 (classe Descubierta), 4 corvetas Tango 61 e 62, 12 lanchas de deslocamento rápido dotadas de lança mísseis, 2 submarinos (classe 209) e 16 tanques Leopard 1A5.¹⁸

Tais números, em uma região relativamente pacífica e onde se situam os menores gastos militares do planeta, despertaram preocupações em Washington e também nos países das Américas do Sul e Central com relação aos quais reais propósitos de Caracas. Trataria-se apenas de um processo de modernização das Forças Armadas Nacionais, integradas por Exército, Marinha, Aeronáutica e Guarda Nacional, com um efetivo total de 110.000 homens? Em que pese isto poder ser verdadeiro, a realidade nos autoriza a pensar em um quadro mais complexo.

Um dos pilares estruturantes do Plano Estratégico de Modernização é o conceito elaborado originalmente pelos chineses de *guerra assimétrica* (conflito de quarta geração), onde os meios de um dos combatentes é muito superior aos do outro e contempla a noção de guerra prolongada de resistência. Este tipo de preparo é diametralmente oposto ao desejado pelos estrategistas de Washington ao menos desde o fim da guerra fria, que preconizavam uma transformação das Forças Armadas em uma espécie de órgão suprapolicial com vistas ao combate do narcotráfico e emprego em missões de contra-insurgência.¹⁹

As contendas entre Venezuela e Estados Unidos envolvendo a ampla questão de Segurança começaram quando Chávez tornou-se crítico do Plano Colômbia.²⁰ Mas foi a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001 que a gestão Bush alterou significativamente a postura em relação à Venezuela. Com efeito, no final de 2001 o governo norte-americano

18 Levantamento realizado a partir de consultas aos periódicos O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, além do SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) Yearbook 2006: Armaments, Disarmament and International Security (<http://yearbook2006.sipri.org/>; consultado em 03/11/06).

19 Ver Luís Alexandre Fuccille, “A nova agenda hemisférica de defesa: muito a perder, nada a ganhar”. Temáticas (UNICAMP), 21/22, 2003.

20 Lançado em 1999 e destinado a por fim a uma guerra civil que dilacerava o país já havia mais de 35 anos, o núcleo-duro de tal documento se mostrou ser o enfrentamento à macro-questão das drogas e os impactos daí decorrentes para o conjunto da nação colombiana. Mais de 80% dos US\$ 7,5 bilhões previstos no Plano destinavam-se à compra de equipamentos militares. Ver Plan Colômbia. Bogotá: Presidencia de la República, 1999 (www.presidencia.gov.co/plancolo/plancol1.htm; consultado em 02/05/02) e Luís Alexandre Fuccille, “Plano Colômbia: o mito da militarização contra as drogas e seu impacto no plano estatal”. Revista de Estudios Político Militares: (2/3), 2002.

realizou uma revisão da sua política para a Venezuela. O documento resultante foi disponibilizado no sítio do Departamento de Estado e mostra a necessidade de neutralizar o governo venezuelano que é considerado um agente desestabilizador da região.²¹

Sem contar com as importantes bases que até 1999 serviram ao Comando Sul dos Estados Unidos no Panamá e precisando de apoio regional, a negativa de Caracas e a posição de neutralidade de Brasília, representariam um importante revés dos dois mais importantes vizinhos colombianos à política norte-americana no subcontinente.

Em resposta à atuação do presidente Chávez, o Departamento de Estado proibiu qualquer tentativa de atualização e de novas vendas de material bélico à Venezuela, além de²² vetar vendas do Brasil e da Espanha, em cujos equipamentos finais teriam componentes norte-americanos, valendo-se da Lei de Controle de Exportação de Armamentos dos Estados Unidos.²³ O presidente Chávez então direcionou parte substancial de suas encomendas à Rússia, China e ao Irã.²⁴

Ainda que a nova política de Defesa venezuelana tenha os Estados Unidos como alvo de contenção cabe aos vizinhos se perguntarem acerca das reais intenções de Caracas. Lembre-se que há problemas históricos de fronteiras entre a Venezuela e a Colômbia e com a Guiana. O flerte do presidente Chávez com as guerrilhas colombianas é um indicador preocupante para o Brasil²⁵, em função da possibilidade de expansão do conflito colombiano. Efetivamente, o Plano Estratégico de Modernização das Forças Armadas Venezuelanas parece ter aberto as portas à uma corrida armamentista na região. O que também é um problema que preocupa o Brasil.

21 <http://oig.state.gov/documents/organization/13682.pdf> acesso em 30/03/2006)

22 Após os ataques de setembro de 2001 e como parte de sua política de “combate ao terror” no continente, o governo Bush passou a ver o governo venezuelano como um agente destabilizador na região que precisava ser neutralizado. Cf. <http://oig.state.gov/documents/organization/13682.pdf> (consultado em 29/11/06).

23 Para detalhes da Arms Export Control Act de 1968, ver <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0997/ijep/ep05.htm> (consultado em 14/12/06).

24 Parte dos novos materiais seria destinada às recém-criadas Unidad de Defensa Popular e Fuerza Policiaca Nacional, além dos grupos paramilitares Frente Bolivariano de Libertación e Ejército del Pueblo en Armas que, somados, representam uma reserva de mais de 2 milhões de “homens em armas” para a defesa da “Revolução Bolivariana”, dentro do conceito de guerra assimétrica.

25 Eliane Cantanhêde, “Dormindo com o inimigo”. Folha de S. Paulo, 12/07/05.

Essa também é uma das preocupações dos vizinhos no subcontinente.²⁶ Até mesmo o Chile, país que não possui fronteira com a Venezuela e passa por um acelerado processo de desenvolvimento econômico e social, receia a movimentação chavista. A Bolívia, que perdeu seu acesso ao mar para o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1884) e tem como objetivo nacionais permanentes a reconquista da saída oceânica,²⁷ já recebeu a manifestação do presidente venezuelano a seu aliado Evo Morales de que “estaremos na mesma trincheira de luta para a restauração desta injustiça histórica [perda do acesso ao mar] cometida contra a Bolívia”.²⁸

Sobre isso, vale lembrar as considerações do ex-ministro da Marinha do Brasil, almirante Mario César Flores:

O que explica a compra de 100.000 fuzis russos? São para a defesa contra a invasão norte-americana, como afirma a retórica de Chávez, seria o fuzil a arma adequada, salvo na guerrilha? Tem por alvo os cuidados com países sul-americanos e caribenhos, a serviço do protagonismo venezuelano? Destina-se a armar milícias, em apoio à democracia semi-autoritária de Chávez, inerente ao mundo pretoleiro, onde a receita do petróleo facilita a mobilização psico-política populista? [De todo modo,] sob a presidência de Chávez aumentou o papel interno das Forças Armadas, no apoio ao desenvolvimento e na assistência às populações carentes – atribuições mais afins com a democracia heterodoxa do que com a clássica.²⁹

Recentemente, o presidente Chávez colocou em xeque até mesmo a capacidade de o TIAR (Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca) – mecanismo criado em 1947 na Conferência de Petrópolis respondendo à montagem do dispositivo norte-americano de guerra fria, pelo qual a Defesa conjunta do continente era tarefa de todos os membros signatários – atender satisfatoriamente aos desígnios da Defesa Hemisférica.³⁰ Vale lembrar

26 Com relação à Colômbia, por exemplo, ver “Contactos adquieren una nueva dinamica”, *El Tiempo*, 23/06/06; para a Guiana, “Coup against the liberty?”, *Guyana Diary*, 10/03/06; para o Peru, “¿Escenario de paz?”, *La República*, 07/11/05 e para o Brasil, “Cresce preocupação com a fronteira norte” e “Chavéz: aliado ou dor de cabeça?”, ambas n’O Estado de S. Paulo, de respectivamente 13/09/2004 e 28/08/2006.

27 Ver Manual de la Escuela de Altos Estudios Nacionales (<http://www.observatoriodeseguridad.org.bo/>; consultado em 13/01/07).

28 “Reparación histórica”, *El Nacional*, 30/11/2006.

29 Ver Mario César Flores, “A América do Sul Estratégica”. *Panorama da Conjuntura Internacional*, p. 15. (<http://www.usp.br/ccint/gacint/panorama/Panorama32port.pdf>; consultado em 12/01/07).

30 Algumas limitações do TIAR já há bastante tempo são motivos de críticas de especialistas. Incisivo, o almirante Armando Vidigal destaca: “quando o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou Tratado do Rio de Janeiro (...) enfrentou o seu teste decisivo – o confronto armado entre argentinos e britânicos pela posse das Falklands/Malvinas (1982) – logo ficou claro que o seu valor era nulo, no momento em que não atendia aos interesses específicos dos Estados Unidos naquela questão particular”. Armando Amorim Ferreira Vidigal, “Estratégia e o Emprego Futuro da Força”. *Revista da Escola Superior de Guerra*: 12 (32), 39-76, 1996, p. 70. Ver também Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, “América del Sur: algunos elementos para la definición de la seguridad nacional”. In: Francisco

que o presidente Fernando Henrique Cardoso invocou este dispositivo quando dos ataques de 11 de setembro de 2001 aos EUA, como forma de hipotecar solidariedade aos norte-americanos e dizer de que lado estava naquela questão,³¹ enquanto Hugo Chávez, disse que os Estados Unidos “estão colhendo os frutos de sua política imperialista e arrogante pelo mundo”.³²

O desejo do venezuelano em irradiar sua revolução por todos os rincões das Américas destoa com o que até a pouco se depreendia da *Política de Defesa Nacional* brasileira. Para esta,

A América do Sul, distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares, é considerada uma região relativamente pacífica. Além disso, processos de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiabilidade regional e a solução negociada de conflitos.³³

Conclusão

Brasil e Venezuela são atualmente os países de maior projeção na América do sul. A agenda regional demonstra a capacidade dos dois países de condicionar os processos de integração.

As relações bilaterais eram insignificantes dado que até o fim dos anos 80 a Venezuela estava de costas para a América do Sul, com as atenções voltadas para o Caribe e para os Estados Unidos enquanto que o Brasil estava empenhado na constituição do Mercosul com os países da bacia do Prata. Essa realidade começou a se alterar com os acordos de *La Guzmania* no início dos anos de 1990.

La Guzmania marca uma nova fase das relações bilaterais pois determinam um passo decisivo no processo de aproximação entre os dois países.

Leal Buitrago e Juan Gabriel Tokatlian (Orgs.), *Orden Mundial y Seguridad: nuevos desafíos para Colombia y América Latina*. Santafé de Bogotá: TM Editores/SID/IEPRI, 1994, p. 54 e sgs.

31 Cf. Ministério das Relações Exteriores, “O Brasil no Combate a Atos de Terrorismo” (http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/temas_agenda/terrorismo/brasil.asp; consultado em 31/10/06) e Janette Habel, “Rumo à remilitarização?”. *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 2002.

32 Bernard Cassen, “Golpes sem fronteiras?”. *Le Monde Diplomatique*, agosto de 2002. Após a tentativa fracassada de golpe de Estado contra o líder venezuelano em abril de 2002, que contou de forma aberta com o apoio dos EUA, Chávez viria paulatinamente a subir o tom da retórica anti-americana. Para uma interessante crônica da participação dos Estados Unidos nos acontecimentos recentes venezuelanos, a partir de documentos desclassificados da CIA, Departamento de Estado e outros organismos governamentais, cf. Eva Golinger. *El Código Chávez: descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela*. Caracas: Editorial Nemesio Martínez, 2005.

33 Presidência da República. *Política de Defesa Nacional*. Brasília: junho de 2005, p. 8.

Os acordos de *La Guzmania* tiveram efeitos mais visíveis na região da fronteira na medida que possibilitou recursos energéticos e infra-estrutura a uma região extremamente carente e isolada. Os impactos da fronteira irradiaram para as relações bilatérias de forma que a Venezuela passou a se interessar mais pela integração econômica que dava resultados com o Mercosul e a diplomacia brasileira passou a se empenhar mais em conhecer e promover a aproximação da Venezuela.

A chegada do presidente Chávez ao poder inaugurou um novo ritmo desse processo de aproximação entre os dois países e da Venezuela para o resto do subcontinente.

Consolidado no poder após a tentativa de golpe de 2002, o Presidente colocou em marcha um processo de mudanças profundas. Com efeito, Hugo Chávez imprimiu uma marca muito pessoal ao Estado venezuelano. Impulsionado pela recuperação dos preços do petróleo o presidente Chávez tem podido desde então desempenhar um papel proeminente no cenário da política regional distribuindo doações ou investimentos, às vezes, disputando influência com o Brasil. Também é notável a expansão da companhia estatal do petróleo pelo subcontinente e vale ressaltar que isso tem desafiado a hegemonia da Petrobrás e o caso mais marcante está em curso na Bolívia.

No que se refere à integração regional, o presidente rompeu com a CAN e filiou a Venezuela ao Mercosul com uma velocidade que não era esperada nos meios diplomáticos brasileiros. Por outro lado, a Venezuela foi decisiva ao apoiar os esforços brasileiros de neutralização da ALCA.

No Mercosul, a Venezuela tem sido o propositor e maior entusiasta da integração energética regional. A viabilidade dos projetos tais como o do Gasoduto do Sul, conta com o peso econômico da PDVSA, no entanto sofre com a insegurança que o estilo estatizante de Hugo Chávez desperta na opinião pública e nos possíveis investidores.

O antiamericanismo militante do governo venezuelano e seus investimentos no setor de Defesa por outro lado causam preocupações ainda que não explícita nos meios diplomáticos e militares do Brasil.